

EU E O OUTRO EM *JECOCENTRISMO* *GLOBALIZADO*

*Erislane Rodrigues Ribeiro**

*Pergunto: tu, ante o presente
Como te defines ao que será passado?
Há urgência de resposta, antes que a noite
chegue.*

*Carregarás fardos para evitar
(repare que o rio corre e a noite vem como
onda)*

*ou deixarás que apenas sejamos o
tempo e irreparável memória?*

José Carlos Capinan, Inquisitorial

1. Introdução

Esse texto é uma tentativa de diálogo com pesquisas lingüísticas que tratam da subjetividade e da heterogeneidade na linguagem. Pretendemos fazer uma reflexão sobre duas teorias: uma que reconhece e defende o papel ativo do *eu* nos textos e outra que faz a defesa de que o discurso é sempre constitutivamente atravessado pelo discurso do outro, sem discutir a participação do *eu*.

Buscamos em Benveniste e em Bakhtin, como “precursores” da defesa da subjetividade e do dialogismo na linguagem respectivamente, subsídios que serviram de ponto de partida para dois trabalhos recentes da Análise do Discurso que ou aproxima-se

* Professora no Campus de Catalão-UFG – Curso de Letras. Mestre em Lingüística pela Universidade Federal de Uberlândia.

do segundo na defesa da heterogeneidade discursiva (Authier-Revuz, 1982) ou que consegue estabelecer uma ligação entre as propostas de Benveniste e de Bakhtin (Possenti, 1995).

Com a intenção de observar na prática como funcionam as teorias de Jacqueline Authier-Revuz e de Sírío Possenti escolhemos um texto para análise que nos pareceu adequado para um propósito definido, o de nos ajudar nestas interrogações sobre o papel do *eu* e do *outro* no discurso. O texto escolhido foi *Jecocentrismo globalizado*¹ de Mário Sabino, publicado na revista *Veja* a 24 de Julho de 1996. É um artigo que trata daquela fala do presidente da República em que chamou os brasileiros de caipira.

Não interessa aqui desvelar as circunstâncias em que Fernando Henrique Cardoso utilizou a palavra “caipira” para denominar seus “súditos”. Além disso, a escolha deste texto não se deu com o propósito de verificar se a palavra “caipira” foi utilizada ou não com sentido pejorativo pelo presidente. O que nos interessa em *Jecocentrismo globalizado*, na verdade, são algumas marcas que podem ser interpretadas como a presença mostrada do *outro* no discurso, como defende Authier-Revuz (1982), e outras que podem ser entendidas como a intervenção do *eu* no discurso do outro, como sugere Possenti (1995).

Como marcas que podem ser interpretadas como a presença do *outro*, escolhemos as aspas e o discurso direto para analisar. Já para observar se realmente há no discurso a subjetividade mostrada como afirma Possenti (1995), escolhemos algumas palavras formadas por derivação sufixal, alguns trechos e comentários que revelam a inscrição do *eu* no discurso.

Este texto é, assim, uma busca de resposta para uma pergunta que fazemos a nós mesmos constantemente: quem é o falante, quem é o sujeito de um discurso? Seria:

¹ Texto em anexo

... um sujeito que encontra uma língua com regras próprias e imprimindo suas necessidades, seus desejos, apossa-se dessa língua e, ao fazê-la funcionar, deixa marcas dessa apropriação, faz valer sua vontade sobre o sistema, desfrutando a ilusão de que é fonte exclusiva de seu discurso e do sentido que aí imprime? (Brait, 1995). Ou é um sujeito porta-voz de outros discursos, assujeitado, completamente submetido a condições externas?

2. A heterogeneidade mostrada e a heterogeneidade constitutiva em Authier-Revuz

À luz das propostas dos trabalhos de Bakhtin sobre o dialogismo, e da idéia dominante da terceira época da Análise do Discurso Francesa de que o papel do *outro* é crucial, Authier-Revuz (1982), em sua obra *Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours*, privilegiou a questão da heterogeneidade do discurso: a heterogeneidade constitutiva e a heterogeneidade mostrada. Enquanto a heterogeneidade mostrada inscreve o outro no fio do discurso, a constitutiva não revela o outro e é concebida no nível do interdiscurso e do inconsciente.

A hipótese levantada pela autora é de que a heterogeneidade mostrada não é um espelho da heterogeneidade constitutiva apesar de ser dependente dela. A heterogeneidade mostrada constitui uma forma de negociação do sujeito falante com a heterogeneidade constitutiva, cuja forma “normal” se assemelha ao mecanismo de **denegação** (negação explícita que o sujeito opõe ao reconhecimento de um elemento oprimido, segundo Freud).

Algumas das formas de heterogeneidade que acusam a presença do outro indicadas por Authier-Revuz em 1982 são o discurso

relatado direto e o discurso relatado indireto, as formas de conotação autonímica, o discurso indireto livre, a ironia, a imitação, etc.

Na concepção da heterogeneidade constitutiva, Authier vale-se de uma parte dos trabalhos que colocam o discurso como produto do interdiscurso, tal como ele foi concebido na Análise do Discurso Francesa. De outra parte, ela retoma a temática do dialogismo de Bakhtin e trabalha com o tema do sujeito e de sua relação com a linguagem através de uma abordagem psicanalítica.

Observando que o dialogismo concebido pelo círculo de Bakhtin é um dos suportes a que Authier-Revuz recorre para explicar a articulação da realidade das formas da heterogeneidade mostrada no discurso à realidade da heterogeneidade constitutiva do discurso, percebe-se, como aponta Brandão que:

a leitura que Authier-Revuz faz de Bakhtin articulando o conceito de dialogismo com o seu (dela) de heterogeneidade constitutiva da linguagem, nos leva a ver que, segundo essa perspectiva, o conceito de subjetividade não pode estar centrado num Ego enquanto entidade única e fonte toda-poderosa de sua palavra, mas num sujeito que se cinde porque átomo, partícula de um corpo histórico-social no qual interage com outros discursos de que se apossa ou diante dos quais se posiciona (ou é posicionado) para construir sua fala. (Brandão: 1991).

Authier mostra ainda como a psicanálise (Lacan) questiona a unicidade significante da concepção homogeneizadora da discursividade.

Entendendo o sujeito como um efeito de linguagem, a psicanálise busca suas formas de constituição não no interior de uma “fala homogênea”, mas na diversidade de uma “fala heterogênea que é consequência de um

sujeito dividido”. *Sujeito dividido entre o consciente e o inconsciente.*” (Brandão: 1991)

3. O outro em Jecocentrismo globalizado de Mário Sabino

Repetindo o que lembrou Authier (1982) sobre a localização do outro pelo falante, na intenção de delimitar o seu lugar, numa tentativa de *circunscrever e afirmar o um*, cabe aqui analisar de que forma o locutor em *Jecocentrismo globalizado* delimitou o espaço do outro.

Para isso, como já havíamos adiantado no início, optamos por analisar a presença das aspas e do discurso direto como índices da inscrição do outro no discurso. Quer dizer, nesta etapa do trabalho em que analisaremos o papel do *outro* no texto *Jecocentrismo globalizado*, será dada ênfase a algumas ocorrências da heterogeneidade mostrada na superfície do texto.

A palavra entre aspas apresenta a característica de acumular menção e uso, ou seja, é ao mesmo tempo mostrada, marcada como estranha e integrada à sequência do enunciado. Vários são os exemplos observados no texto em que o autor recorreu às aspas da conotação autonímica, ou seja, o autor usou com frequência o *outro* integrado ao fio do discurso, sem ruptura sintática, como mostram os casos a seguir:

“os Estados Unidos” (1)

“na França, no Chile, na Argentina” (2)

“caipira” (3)

“habitante do mato” (4)

“estômago” (5)

“a multidão falaram” (6)

“ao antigo aluno e já então colega” (7)

“síndrome pastoril” (8)

Segundo Authier (1982):

*As aspas constituem antes de mais nada um sinal construído para ser decifrado por um destinatário, além do que, funcionam como uma operação de distanciamento, podendo ser atribuídas a elas várias funções.*²

Podemos fazer, portanto, uma tentativa de decifração, tentando descobrir e atribuir funções a alguns dos trechos aspeados acima.

Primeiramente, parece-nos que o locutor, ao aspear as palavras e trechos citados, além de mostrar que aí está o discurso de um *outro*, conseguiu o efeito de enfatizá-los, com o objetivo de chamar a atenção do leitor.

O exemplo número 1, por exemplo, aparece com aspas, e desperta a atenção do leitor para o despropósito da comparação feita pelo presidente entre o Brasil e os Estados Unidos, quando chamou o nosso país de provinciano.

Já ao aspear o trecho do prefácio do livro: *Os Parceiros do Rio Bonito* de Antônio Cândido, exemplo n.º 7, o locutor possibilitou a interpretação de que talvez o presidente tenha sofrido grandes “mudanças”, pois há tempos atrás ajudou a revisar os originais de um livro que representa *uma resposta enviesada à figura maledicente do caipira, cristalizada por Monteiro Lobato em Urupês*, e hoje não titubeia em *usar o termo “caipira” com conotação depreciativa*.

Além de aspear para delimitar as fronteiras do *seu* texto em relação ao exterior, o locutor deste discurso acrescentou, algumas vezes, glosas para marcar mais ainda o espaço enunciativo cuja responsabilidade não quis assumir. Foi assim, por exemplo, em:

² Tradução nossa.

Pois se o presidente viveu fora do Brasil, “na França, no Chile, na Argentina”, como esclareceu (...). (9).

Em *Jecocentrismo globalizado*, as aspas são usadas também, como forma de marcar mais ainda o espaço do *outro* no discurso direto relatado. Como revelam os casos abaixo:

(...) ele partiu para a globalização pesada: “Como vivi fora do Brasil durante muitos anos, dei conta disso. Os brasileiros são caipiras, desconhecem o outro lado e, quando conhecem, se encantam. O problema é esse”. (10).

A cultura caipira, que resulta da miscigenação do branco com o índio, é integral”, explica o poeta e ensaísta José Paulo Paes. “Ela abarca desde hábitos alimentares até costumes religiosos, conservando um vocabulário riquíssimo”. (11)

Destila Monteiro Lobato, entre outras linhas venenosas: “Perguntem ao Jeca quem é o presidente da República.

— O homem que manda em nós tudo?

— Sim.

— Pois de certo que há de ser o imperador”. (12)

O discurso direto relatado é uma manifestação clara da heterogeneidade enunciativa e se caracteriza pela aparição de um segundo *locutor* no enunciado atribuído a um primeiro *locutor*. (Ducrot, 1987). Assim, nos exemplos 10, 11 e 12 assumem a função de segundo locutor respectivamente: Fernando Henrique Cardoso, José Paulo Paes e Jeca Tatu.

No exemplo 10, o primeiro locutor consegue responsabilizar e comprometer o segundo locutor pelo enunciado, apenas com o uso do discurso direto relatado e das aspas. No caso 11, o discurso direto relatado e as aspas foram usados com outro objetivo, ou seja, a intenção do primeiro locutor foi buscar no *outro* uma autoridade para proteger

a asserção e garantir a veracidade do que foi dito. No 12, parece-nos que o objetivo do locutor foi mostrar através das aspas e do discurso direto relatado que não concorda com a concepção de caipira que apresenta Monteiro Lobato em *Urupês* e que, além disso, ressentese do fato do presidente chamar os brasileiros de caipira.

4. O eu no discurso do *outro* ou a subjetividade mostrada em Sírío Possenti

Possenti em um texto de 1995 se propôs a estudar a subjetividade mostrada e reconheceu que o título do texto, “O eu no discurso do *outro*”, é, na verdade, um trocadilho bastante irônico, pois, para ele, a Análise do Discurso Francesa tem visto o indivíduo que fala quase sempre como um porta-voz de discursos que o antecedem, e define o sujeito basicamente pelo assujeitamento.

Enquanto alguns analistas do discurso ligados à escola francesa concebem o sujeito como dominado, determinado pelo outro, Possenti encara o *eu* como um dos possíveis componentes do sujeito no discurso. No entanto, observa que esta definição do sujeito pelo assujeitamento apesar de ser quase um lugar comum dentro da Análise do Discurso, não permaneceu intocada (ver Pêcheux, 1990):

Mesmo uma análise superficial de textos nos quais há ocorrências de expressões como “discurso do outro” e semelhantes sugere que o discurso a que pertencem não quer eliminar o eu. Pelo contrário, tal análise revelaria como evidente sua presença e papel. Apenas (apenas)?, tais textos insistem na existência e relevância também do outro (embora, com frequência, esta relevância seja excepcional). E efeito é uma forma de postular seu lugar e seu papel. Embora, e isso também fica geralmente claro, dizendo que este lugar e este papel não são os mesmos que lhe atribuiu uma certa filosofia. A mesma lógica vale para a afirmação

de que o sujeito não é uno. O pressuposto de existência continua em vigor. Só uma falha radical de lógica pode fazer equivaler “o sujeito é dividido” ou “o sujeito é efeito” a “o sujeito não existe. (Possenti: 1995).

Não é pelo fato de ver o *eu* como um dos constituintes do discurso que Possenti desconsidera o trabalho do *outro*. Pelo contrário, percebe que o sujeito não é uno, *o discurso que produz não é um produto exclusivo de um pretenso sujeito uno e não submetido a condições exteriores*. O que intriga o autor de *Discurso, estilo e subjetividade* é o fato de alguns autores pretenderem apagar o Ego. Segundo ele, *a presença do outro não é suficiente para apagar a do eu, é apenas suficiente para mostrar que o eu não está só*. (Possenti, 1995).

Não se pode negar que Possenti tem razão quando diz que alguns analistas do discurso da linha francesa passaram a dar destaque à presença do *outro* no discurso, colocando em segundo plano, quando não anulando, a presença do *eu*.

Quando Benveniste fez a defesa do Aparelho Formal da Enunciação, afirmou existirem marcas lingüísticas tipificadoras da subjetividade na linguagem, dando assim um grande passo para a (re)incorporação aos estudos lingüísticos desta importante noção. Depois dele, vários foram os autores que reconheceram a importância de sua teoria. Vários também foram os pesquisadores que criticaram-na, acusando-a de ser uma teoria cartesiana do sujeito, já que ele via o *Ego* como centro da enunciação e o identificava à noção de sujeito.

Parece-nos, assim, quando lemos Benveniste, alguns analistas do Discurso e Sírío Possenti, que talvez possamos, como analistas do discurso, cometer o mesmo erro que cometeu Benveniste. Enquanto em Benveniste podemos sentir uma marcação bastante acentuada de uma subjetividade *ego-cêntrica* a reger o mecanismo da enunciação, podemos, por outro lado, mesmo aceitando as suas premissas, ver que existe na Análise do Discurso uma tendência em não reconhecer o importante papel desempenhado pelo *eu* nos discursos.

Como lembra Possenti (1995):

Qualquer defesa de qualquer espaço para o eu (mesmo que atravessado) soa freqüentemente estranha, como se significasse a afirmação de suas antigas e/ou pretensas características (a consciência, a intenção, a unidade, a origem etc.) e a negação do inconsciente, da lei, do histórico, do imaginário e do social. De qualquer condição exterior e de qualquer elemento não consciente, enfim. (Possenti: 1995).

5. O eu no discurso do outro em *Jecocentrismo Globalizado*

Analisando o texto *Jecocentrismo globalizado*, percebemos alguns comentários, algumas palavras derivadas por sufixação e trechos no jogo discursivo que podem ser apontados como amostra de que há um espaço para o *eu* no discurso. Não é necessário, como ficou evidenciado, supor que tal *eu* seja uma instância livre e independente de quaisquer condições.

Lembrando o que diz Possenti (1985) a respeito da inscrição do outro no discurso, vale ressaltar que: *Nos casos mais usualmente analisados em termos de heterogeneidade, o que se ressalta são estratégias do eu: ele tem o topete de apresentar-se como se fosse um eu, mas um analista descobre que junto com ele ou no lugar dele está o outro. Há, por outro lado, algumas ocasiões em que parece que ...a estratégia do “eu” é apresentar-se como se fosse outro, e sutilmente, imiscuir-se no discurso conhecido, no discurso do outro, alterando-o e deixando a marca de sua presença. (Possenti: 1995).*

Isto pôde ser verificado no texto: *Jecocentrismo Globalizado* de Mário Sabino:

(olha a comparação). (13)

(...) o que lhe teria garantido uma visão nítida do que acontece por aqui, na *caipiolândia* (...). (14)

(...) a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que foi inaugurar em Lisboa, é uma invenção caipira do *caipiríssimo* José Aparecido de Oliveira, por sua vez cupincha do *caipirésimo* Itamar Franco. (15) e (16)

O imperador Fernando Henrique Bovary. (17)

Como diz Possenti (1995):

o que interessa destacar aqui é a diferença entre enunciar-se um discurso de “outro” numa determinada circunstância, e produzir este novo enunciado, com base no material do outro discurso. Qual é a instância responsável por esta novidade? Por que não reconhecer um “eu” com um papel ativo nestes textos, responsável pela alteração produzida sobre e a partir do discurso do outro?

No caso 13, por exemplo, o locutor desperta a atenção do leitor. Ele sabe o que está fazendo quando zomba da comparação feita por FHC entre o Brasil e os Estados Unidos. Vale lembrar que ele só pôde considerar absurda tal comparação por interagir com formações discursivas que possibilitaram isso.

Os casos 14, 15 e 16 são exemplos claros do que considerou Possenti, ou seja, o locutor pôde se inscrever no fio do discurso utilizando-se de material de outro discurso. No caso, o material utilizado foi a fala do presidente da República, que ao usar a palavra *caipira* para se referir aos brasileiros, deu a oportunidade ao locutor de formar, através da derivação sufixal, as palavras: *caipiolândia*, *caipiríssimo* e *caipirésimo* para tratar sobre o Brasil, sobre os políticos que estavam em Lisboa e sobre os brasileiros em geral. É interessante notar que ao criar estas palavras, por terem origem em um outro discurso, o locutor, a um só tempo, excluiu a sua responsabilidade e

comprometeu mais ainda o presidente como responsável, não apenas pela palavra *caipira*, mas também pelas palavras: *caipiolândia*, *caipiríssimo* e *caipirésimo*.

O último exemplo citado é um caso bastante interessante. Ao dizer: *O imperador Fernando Henrique Bovary*, o locutor conseguiu um efeito surpreendente. Se, por um lado, remeteu-nos ao paralelo que havia feito entre *o viajado Fernando Henrique e a deslumbrada madame Bovary*. Por outro, conseguiu comparar o presidente à figura do imperador idealizada por Jeca Tatu de Lobato. De qualquer modo, notamos aí o trabalho de um sujeito que interveio no discurso do *outro* ativamente, produzindo algo novo.

6. Considerações finais

Era nossa intenção ao iniciar este trabalho, refletir um pouco sobre o papel representado pelo *eu* e pelo *outro* nos discursos.

Cremos ter avançado em nossas reflexões na medida em que, apoiando-nos na teoria defendida por Possenti (1995), conseguimos desvencilhar-nos da posição que até então parecia-nos a mais acertada sobre a subjetividade, pois aceitávamos, mesmo com um pouco de angústia, as idéias de alguns analistas do discurso que costumam definir o sujeito pelo assujeitamento.

Foi esta angústia que nos levou a procurar novos textos de Sírío Possenti, pois percebendo que, ainda hoje, permanece, sob alguns aspectos, filiado à teoria benvenistiana, seria possível que ele tivesse conciliado o dialogismo bakhtiniano, o atravessamento do discurso pelo discurso do *outro* com a participação ativa do *eu* no momento da enunciação.

Esta procura esbarrou-se com um texto de Possenti datado de 1995 que propõe ser o *eu* uma estratégia utilizada pelo *eu* como se fosse outro, e que, misturando-se ao discurso conhecido, ao discurso do outro, altera e deixa a marca de sua presença.

A partir daí empreendemos a análise de um texto que pareceu exemplificar de forma suficiente tanto a teoria de Authier sobre a

heterogeneidade, quando deixamos claro que nosso propósito era analisar apenas algumas formas marcadas de heterogeneidade mostrada, quanto a teoria de Possenti sobre a inscrição e a participação do *eu* no discurso.

Creemos, então, após interagir com os discursos da heterogeneidade e da subjetividade na linguagem, poder responder a pergunta que propusemos no início. Ou seja, a resposta mais acertada para a questão: quem é o falante, quem é o sujeito de um discurso parece-nos, agora, ser esta: os sujeitos não são nem totalmente livres, nem totalmente assujeitados. Na verdade, movem-se entre o espaço discursivo do Um e do Outro.

7 – Anexo

JECOCENTRISMO GLOBALIZADO

Mário Sabino

Estava o brasileiro posto em sossego, fumando o seu cigarrinho de palha, quando, em entrevista a um jornal lusitano, o presidente Fernando Henrique Cardoso resolveu teorizar sobre o caráter nacional. Depois de dizer que o Brasil é um país provinciano, como “os Estados unidos” (1) (olha a comparação) (13), ele partiu para a globalização pesada: “Como vivi fora do Brasil durante muitos anos, dei conta disso. Os brasileiros são caipiras, desconhecem o outro lado e, quando conhecem, se encantam. O problema é esse” (10). Melhor resistir, por enquanto, à tentação de fazer paralelos entre o viajado Fernando Henrique e a deslumbrada madame Bovary, personagem do escritor francês Gustave Flaubert. Pois se o presidente viveu fora do Brasil, “na França, no Chile, na Argentina” (2), como esclareceu (9), o que lhe teria garantido uma visão nítida do que acontece por aqui, na caipiolândia (14), madame Bovary também reformulou suas opiniões sobre o mundo e as pessoas ao sair da província - para ir a um baile. Não, não pegou mal o presidente ter, mais uma vez, posado de sabichão

cosmopolita. O que provocou protestos, do PFL ao PT, foi ter chamado os brasileiros, seus conterrâneos e eleitores, de provincianos, de caipiras.

Não há dúvida de que Fernando Henrique usou o termo “caipira” (3) com conotação depreciativa, como quem dissesse que a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que foi inaugurar em Lisboa, é uma invenção caipira do caipiríssimo (15) José Aparecido de Oliveira, por sua vez cupincha do caipirésimo (16) Itamar Franco. Mas há outro sentido para essa palavra de origem tupi, possível corruptela de caipora, “habitante do mato” (4). O termo também serve para designar uma cultura rústica que do interior de São Paulo, se espalha por um pedaço de Minas Gerais e de Goiás. “A cultura caipira, que resulta da miscigenação do branco com o índio, é integral”, explica o poeta e ensaísta José Paulo Paes. “Ela abarca desde hábitos alimentares até costumes religiosos, conservando um vocabulário riquíssimo” (11).

Na década de 20, autores como Cornélio Pires e Amadeu Amaral debruçaram-se sobre a maneira de falar dos caipiras e descobriram que vários de seus erros de português são, na verdade, preciosidades lingüísticas. Por exemplo: a expressão “estâmagô” (5) (estômago) remonta ao português castiço do século XVI, e concordâncias exóticas como “a multidão falaram” (6) são encontradas em versos de Camões. O modo de vida do caipira também foi objeto de um livro de Antônio Cândido, *Os Parceiros do Rio Bonito*, de 1964, cujo prefácio traz um agradecimento “ao antigo aluno e já então colega” (7) Fernando Henrique Cardoso, que ajudou a revisar os originais. A arqueologia sociológica de Antônio Cândido é uma resposta enviesada à imagem maledicente do caipira, cristalizada por Monteiro Lobato em *Urupês*. Publicado em 1918, o artigo ridiculariza o Jeca-Tatu, o caboclo ignorante, imune ao progresso e supersticioso. Destila Monteiro Lobato, entre outras linhas venenosas: “Perguntem ao Jeca quem é o presidente da República.

— O homem que manda em nós tudo?

— Sim.

— Pois de certo que há de ser o imperador”. (12)

O imperador Fernando Henrique Bovary (17) poderia prestar mais atenção às palavras que usa para rotular seus súditos. Ricos e pobres, cultos e ignorantes, os brasileiros têm uma relação ambígua com o termo caipira. Talvez porque sofram daquela nostalgia do campo que os estudiosos chamam de “síndrome pastoril” (8). É uma saudade envergonhada, que se extravasa nas festas juninas, na audiência de novelas com temas agrários, nos jipes metidos a besta que rodam nas grandes cidades, no sucesso da música sertaneja, um arremedo que a indústria cultural forjou para as modinhas caipiras. O produto desse jecocentrismo pode não ser tão globalizado quanto o chapéu de Mickey que se compra na Disney World. Mas é mais autêntico que o bovarismo.

Veja, 24 de julho de 1996.

Bibliografia

- ALTHUSSER, L. (1970). *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*. Lisboa, Presença-Martins Fontes, 1974 (trad. de *Idéologie et appareils idéologiques d'Etat*).
- AUTHIER-REVUZ, J. (1982). “*Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours*”, In DRLAV, 26, Paris, pp. 91 -151.
- BAKHTIN, M. (1929). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo, SP: Hucitec, 1995, sétima edição . (trad. bras.).
- BENVENISTE, E. (1966a). *Problemas de lingüística geral I*. Campinas, São Paulo: Pontes, 1988, segunda edição. (trad. de *Problèmes de linguistique générale*).
- . (1974). *Problemas de lingüística geral II*. Campinas, São Paulo: Pontes, 1989. (tradução de *Problèmes de linguistique générale II*).
- BRAIT, Beth. Benveniste e Bakhtin: duas fontes da análise

- contemporânea do discurso. In: *Anais: I Seminário de Lingüística e Língua Portuguesa (Discurso, Sociedade e Ensino)* – Goiânia – GO.
- BRANDÃO, H. N. (1991). *Introdução à análise do discurso*. Campinas: UNICAMP. Segunda edição, 1993.
- CERVONI, Jean. (1989). *A Enunciação*. São Paulo: Ática.
- CHAUÍ, M. (1980). *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense.
- DASCAL, M.(org.). (1978). *Fundamentos metodológicos da lingüística*. São Paulo: Global.
- DUCROT, O. (1984). *O dizer e o dito*. Campinas, SP: Pontes, 1987. (trad. de *Le dire et le dit*).
- FLORES, Onici Claro. *Subjetividade - uma questão aberta*. Letras & Letras. Uberlândia, 5(1 e 2) 133-144, jul./dez, 1989.
- FOUCAULT, M. (1969). *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária. Quarta edição, 1995. (trad. de *L'archéologie du Savoir*).
- _____. (1971). *L'Ordre du discours*. Paris: Gallimard.
- FRANCHI, C. (1977). "Linguagem: atividade constitutiva". In: Almanaque 5, São Paulo: Brasiliense, pp. 9-27.
- FREITAS, M. T. de A. *Vygotsky & Bakhtin: Psicologia e Educação: um intertexto*. São Paulo: Ática, 1995.
- GADET, F. e HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: UNICAMP, 1993.
- GATO, R. A. *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado de Louis Althusser*. Educ. e Filos., Uberlândia, 1(2): 123-139, jan./jun, 1987.
- GERALDI, J.W. (1991). *Portos de Passagem*. São Paulo, SP: Martins Fontes. Segunda edição, 1993.
- GUIMARÃES, E.(org.). *História e sentido na linguagem*. Campinas, SP: Pontes, 1989.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 1992.
- KRISTEVA, J. *História da linguagem*. (1969). Lisboa: Edições 70.

- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Campinas, SP: Pontes. Segunda edição, 1993.
- ORLANDI, E. P. (1986). *O que é lingüística*. São Paulo: Brasiliense. Sétima edição, 1994.
- _____. (1983). *A linguagem e seu funcionamento*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____. (1988). *Discurso e Leitura*. São Paulo: Cortez.
- PÊCHEUX, M. (1975). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.
- PEREIRA, Aracy Ernst. *Uma introdução à análise do discurso*. Letras de Hoje. Porto Alegre, v.84, n-1, junho de 1991.
- POSSENTI, S. *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- _____. O “eu” no discurso do “outro” ou a subjetividade mostrada. *Alfa*, São Paulo, 39: 45-55, 1995.
- _____. Apresentação da Análise do Discurso. *Glota*, 12: 45-59, 1990.
- SAUSSURE, F. de. (1916). *Curso de lingüística geral*. São Paulo, SP: Cultrix, 1971, terceira edição. (trad. de *Cours de lingüistique générale*).
- SOUZA, S. J. e . *Infância e linguagem: Bakhtin, Vygotsky e Benjamim*. Campinas, SP: Papirus, 1994